



DOMINAÇÕES SIMBÓLICAS PRESENTES NA PROFISSÃO DO JORNALISTA RESPONSÁVEIS PELA AUTOCENSURA

Daniela da Silva¹; Ieda Márcia Donati Linck²

Palavras-chave: Liberdade de Expressão. Livre Arbítrio. Denúncia. Jornalista.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A liberdade de expressão e livre arbítrio são direitos adquiridos pelo ser humano e garantidos pela Constituição Federal, e o jornalista é um profissional capaz de se expressar para várias pessoas através de suas publicações, ele tem várias habilidades e qualidades, como investigação, denúncia e formação de opiniões. Ele pode trabalhar autonomamente ou veiculado a uma instituição, seja ela sem fins lucrativos ou uma empresa que venda bens e serviços. O problema deste último item é quando ele começa a pesar mais sobre as outras habilidades e o jornalista precisa fazer publicações que tenham como objetivo o lucro mais do que a noticiabilidade.

Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico, é como um microcosmo com leis próprias, definidas pela sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos. É um espaço social estruturado, com relações diversas, composto por dominantes e dominados – cada um empenha a força que detém e que define sua posição no campo, e conseqüentemente, suas estratégias. Entre as emissoras, há uma relação de forças objetivas que constituem a estrutura do campo. Ainda sobre o campo jornalístico, Bourdieu o classifica como muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural – depende diretamente da demanda, e é sujeito à sanção do mercado e do plebiscito. Assim, ele age sobre os outros campos, sujeitos às limitações estruturais. A audiência, regida pela economia, tem um peso significativo sobre o jornalismo e jornalistas; o campo jornalístico pesa sobre todos os outros de produção cultural.

Uma das funções mais importantes do jornalista é manter-nos bem informado, com assuntos relevantes. Por isso, o objetivo do presente trabalho é investigar se há algo que esteja dificultando que isso aconteça, analisando os prejuízos que essa deficiência causa à profissão e à

¹ Discente do curso de Jornalismo, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: danieladasilvadd12@gmail.com

² Orientadora. Doutora pelo PPGL/UFSM e UA Portugal. Mestre em Linguística pela UPF. Mestre em Educação pela Uninorte. Docente do curso de Jornalismo da Universidade de Cruz Alta. Membro do GEL e NEEPS/Unicruz. Coordenadora do Proenem/Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: imdlinck@gmail.com



qualidade das notícias, também se fere a liberdade de expressão do profissional e as consequências que isso traz à sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, com base na Teoria do Poder Simbólico de Pierre Bourdieu com o objetivo de mostrar as dominações presentes no cotidiano do jornalista responsáveis pela autocensura. Foi desenvolvida na Disciplina de Português Básico para Jornalismo, na Unicruz, em 2019. Para formar a base teórica complementar, foram consultados livros, artigos, teses e dissertações em materiais físicos e on line, utilizando-se as palavras chaves: “Jornalismo”, “Autonomia”, “Censura”, “Qualidade das notícias”, “Deficiências”, “Liberdade de expressão”, “Informação”, “Lucro”. Seguiram-se os critérios de inclusão e de exclusão estabelecidos, que fossem convenientes ao tema. Realizou-se a leitura, fez-se fichamentos e resenhas críticas dos artigos para selecionar as informações que constituem este texto. A questão que norteou esta pesquisa foi: “O profissional Jornalista tem autonomia para o exercício de seu trabalho?”

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meados do século XIX, surgiu a ideia que o Jornalismo era o Quarto Poder, devido à influência que ele tem diante da sociedade, e pelo papel de denúncia de violações dos outros três (Executivo, Legislativo e Judiciário), o que significa que ele deve ser imparcial e não pode estar vinculado aos outros.

Segundo Rizzotto (2012, p. 111), hoje, contudo, “esse poder está relacionado com a articulação da agenda da sociedade e a influência política, econômica e cultural exercida”. Utilizando como base a Teoria de Pierre Bourdieu (1989), as dominações capazes de fazer com que se manipulem as classes na condição de dominadas, é chamado poder Simbólico, que é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade dominado-dominante.

Em Pierre Bourdieu (1989), o Poder Simbólico pode ser representado através de capitais, que são: capital econômico (bens materiais, dinheiro); capital cultural (escolaridade, diplomas); capital social (status, cargo) e capital simbólico (prestígio, honra), ou seja, esses itens podem ser responsáveis por uma mudança na matéria realizada, ou censura.

Para Líbero e Nonato (2016, p.75), a censura é o processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa e está diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado; a autocensura pode ocorrer tanto na omissão quanto na manipulação dos fatos por um veículo ou



profissional. Ainda segundo Líbero e Nonato (2016, p.75), “no atual ambiente democrático em que vivemos, a autocensura é geralmente aplicada para evitar demissões, processos judiciais ou por questões financeiras e éticas, principalmente entre os jornalistas”. Ainda, segundo esses autores (2016, p. 78), os proprietários das empresas de comunicação exercem controle sobre a produção, de onde se pode concluir que são os principais responsáveis pela manipulação das informações no país, e a raiz para o problema está na motivação econômica, pela constante pressão dos anunciantes e pela busca do lucro.

Na sociedade capitalista, a imprensa passa a ser empresa e não mais fiscalizadora dos outros poderes. Segundo Ferreira (2005, p. 40), ela deveria ser um serviço público, mas é dominada pela lógica de mercado, em que as pesquisas de opinião pública subvertem das possibilidades de exercício de uma deontologia profissional. Um dos indícios de que a opção pelo jornalismo de mercado é maior do que pelo jornalismo de responsabilidade social é a rejeição à ideia da criação do Conselho Federal de Jornalismo, proposto pela FENAJ. Assim, o Jornalismo tornou-se um negócio.

No que diz respeito a imparcialidade, muitas barreiras dificultam a tarefa de se produzir notícias imparciais e equilibradas, pois o jornalista, como ser humano, tem seus sentimentos e opiniões. É impossível não se mostrar, não se desvelar, durante a produção de conteúdo, pois até as palavras escolhidas para o texto são condizentes com o que o autor acredita, aceita, deseja, aprova, rejeita, etc. Não se deve enganar o leitor/telespectador, nem manipular os fatos. Deve-se ter transparência, informando o que se sabe e o que ainda precisa ser apurado e revelar as fontes, mesmo que quem está acima na hierarquia da organização insista que as notícias sejam tendenciosas ou que tenham qualquer aspecto que atraia o público, mas fira os princípios morais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional Jornalista não está livre para o exercício de seu trabalho, pois há fatores que interferem na publicação do conteúdo produzido. A constante busca pelo lucro faz com que os veículos, que são empresas no contexto atual, ignorem os princípios éticos e de noticiabilidade.

Podemos utilizar como exemplo as notícias veiculadas recentemente na mídia, vemos uma repetição de pautas de um veículo para outro. As páginas principais são ocupadas por assuntos pouco relevantes e que agregam pouco conhecimento, mas que são polêmicos e que acabam tendo procura dos telespectadores/ leitores/ouvintes, que também são clientes, por agradarem a eles.



Segundo Rizzotto (2012, p. 119), quando os anunciantes passam a fazer parte dessa indústria é que a credibilidade passa a ser não mais uma propriedade ética, mas, sim, uma propriedade comercial dos jornais. Com ela surge a demanda por produtos culturais e de entretenimento, e não somente por produtos de informação, formando-se as chamadas “cultura de massa” e “indústria cultural”.

A regulamentação também pode contribuir para que o Jornalista tenha mais tempo para produzir notícias, pois faz com que não precise se preocupar em apurar as informações publicadas por não profissionais e nem de concorrer com a rapidez, muitas vezes, pioneirismo, das redes sociais, deixando-o livre para produzir uma notícia relevante, bem apurada e verdadeira.

REFERÊNCIAS

LÍBERO, Roseli; NONATO, Cláudia. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo, Revista Líbero v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. de 2016. Disponível: <http://seer.casper.liberoedu.br/index.php/libero/view/406.pdf>. Acesso: 6 abr. 2019

COELHO, Claudio Márcio. **O Poder Simbólico**. Vitória, Revista Ágora n.15, p. 1-19, 2012. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/article/File/4215/3322>. Acesso em 6 abr. 2019.

RIZZOTTO, Carla Candida. **Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder**. Curitiba, Rev. Estudos de Comunicação, v. 13, n. 31, p. 111-120, maio/ago. 2012. Disponível em pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22403/21494. Acesso em 10 abr. 2019.

FERREIRA, Jairo. **Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu**. Universidade Federal de Santa Catarina-Estudos em Jornalismo e Mídia- www.periodics.ufsc.br, v. 2, n. 1, p. 35-44. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087/1827>. Acesso em 21 abr. 2019.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O Jornalista: do mito ao mercado**. Universidade Federal de Santa Catarina-Estudos em Jornalismo e Mídia- www.periodics.ufsc.br, v.2, n.1, p. 45-57.. Disponível em: <https://periodicos./jornalismo/article/view/2088/1828>. Acesso em 21 abr 2019

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.